



NATUREZA, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SOCIEDADE DE RISCO

VOLUME II

ORGANIZAÇÃO
ANDREIA MENDONÇA AGOSTINI
ANDREW TOSHIO HAYAMA
DIOGO ANDREOLA SERRAGLIO

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
CLARISSA BUENO WANDSCHEER
HELINE SIVINI FERREIRA



Diagramação
Letra da Lei

Foto de capa

Visita a cultivo agroecológico de família autossuficiente.
San Martin de Jilotepec - Guatemala, 2014.
Por: Danielle de Ouro Mamed

B615

Natureza, populações tradicionais e sociedade de risco: volume II [livro eletrônico] / coordenação científica Clarissa Bueno Wandscheer e Heline Sivini Ferreira / organização Andreia Mendonça Agostini, Andrew Toshio Hayama e Diogo Andreola Serraglio. – Curitiba: Letra da Lei, 2017.

312p.

ISBN 978-85-61651-24-4

1. Direito ambiental. 2. Direitos sociais. I. Agostini, Andreia Mendonça. II. Ferreira, Heline Sivini. III. Hayama, Andrew Toshio IV. Serraglio, Diogo Andreola. V. Wandscheer, Clarissa Bueno. VI. Título.

DU 574:502

CEPEDIS
Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental



Al. Dom Pedro II, 44. Batel. Curitiba-PR.
CEP 80.250-210 - Fone: (41) 3223-5302.
contato@arteeletra.com.br

APOIO



Ministério da
Educação



SUMÁRIO

V CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL.....	7
PREFÁCIO.....	11
ÁGUA, ENERGIA E HIDRELÉTRICAS: O ECOLOGISMO DOS POBRES E O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL <i>WATER, ENERGY AND HIDROELECTRIC POWER STATIONS: THE ENVIRONMENTALISM OF THE POOR AND THE PEOPLE AFFECTED BY DAMS IN BRAZIL</i>	
Natália Jodas.....	16
ANÁLISE DOS PARECERES EMITIDOS PELA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO <i>ANALYSIS OF OPINIONS ISSUED BY THE TECHNICAL COMMISSION NATIONAL BIOSAFETY UNDER THE PERSPECTIVE OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO A HEALTH ENVIRONMENT</i>	
Heloise Buss Morvan e Helene Sivini Ferreira.....	39
CANAL DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA (IN)EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE NO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO E O DIREITO AO FUTURO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE ALAGOAS <i>CANAL FUERA DE PISTA: UN ANÁLISIS DE LA (IN) EFECTIVIDAD DEL PRINCIPIO DE SOSTENIBILIDAD EN LA EJECUCIÓN DEL PROYECTO SON FRANCISCO Y EL DERECHO PARA EL FUTURO DE LAS COMUNIDADES COSTERAS DE ALAGOAS</i>	
Viviane da Silva Wanderley, Mariana Amorim Pontes e Alyshia Karla Gomes da Silva Santos.....	54
COMMUNITY OU COMMODITY? SABERES TRADICIONAIS ENTRE TERRITÓRIOS, CDB E MERCADO <i>COMMUNITY OR COMMODITY? TRADITIONAL KNOWLEDGE BETWEEN TERRITORIES, CBD AND MARKET</i>	
Vincenzo Maria Lauriola.....	73
DESEMPENHO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) EM TERRAS PRIVADAS E TERRAS OCUPADAS TRADICIONALMENTE <i>DESEMPEÑO DEL CATASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) EN TIERRAS PRIVADAS Y TIERRAS CON OCUPACIÓN TRADICIONAL</i>	
Claudia Sonda, Angelaine Lemos e Jéssica Fernanda Maciel da Silva.....	101

DO CONSERVACIONISMO DOS POVOS TRADICIONAIS AOS PADRÕES SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS <i>CONSERVATIONISM OF PEOPLES TO TRADITIONAL STANDARDS OF SUSTAINABLE PRODUCTION AND CONSUMPTION OF SOLID WASTE OF NATIONAL POLICY</i>	
José Querino Tavares e Fábila Ribeiro Carvalho de Carvalho.....	121
JUSTIÇA AMBIENTAL, VULNERABILIDADE E RISCOS NO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (RS) <i>ENVIRONMENTAL JUSTICE, VULNERABILITY AND RISKS IN URBAN SPACE: A STUDY OF SANTA CRUZ DO SUL CITY (RS)</i>	
Tábata Aline Bublitz e Ana Flávia Marques.....	142
MOBILIZAÇÃO DE CAMPONESES E INDÍGENAS AMEAÇADOS PELA UHE SÃO JERÔNIMO, NO VALE DO RIO TIBAGI, REGIÃO DE LONDRINA-PR: MEMÓRIA DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E DE CONQUISTAS <i>MOBILIZATION OF PEASANTS AND INDIGENOUS THREATENED BY HPP SÃO JERÔNIMO, IN TIBAGI RIVER VALLEY, LONDRINA-PR REGION: MEMORY OF FIGHTS, RESISTANCE AND ACHIEVEMENTS</i>	
Wagner Roberto do Amaral e Miguel Etinger de AraujoJunior.....	167
O AGRAVAMENTO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NA ATUAL SOCIEDADE DE RISCO E TECNOLÓGICA <i>THE ESCALATION OF CONSUMER VULNERABILITY IN THE CURRENT RISK AND TECHNOLOGICAL SOCIETY</i>	
Leonardo Lindroth de Paiva, Caroline Belletti e Carlos Henrique Camargo Pereira.....	200
O DIREITO DOS POVOS TRADICIONAIS DIANTE DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO: UMA REFLEXÃO SOBRE A (RE) CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS NOVAS CONSTITUIÇÕES <i>THE RIGHT OF TRADITIONAL PEOPLE BEFORE THE NEW LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM: A REFLECTION ON (RE)CITIZENSHIP OF THE BUILDING IN NEW CONSTITUTIONS</i>	
Lucimara Deretti.....	222
O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO ESTALEIRO JURONG NA COMUNIDADE PESQUEIRA TRADICIONAL DE BARRA DO SAHY E BARRA DO RIACHO <i>THE SHIPYARD JURONG ENVIRONMENTAL IMPACT ON TRADICIONAL FISHING COMMUNITY OF BARRA DO SAHY AND BARRA DO RIACHO</i>	
Julia Lofêgo Chaia e Lívia Welling Lorentz.....	244

O REFÚGIO AMBIENTAL CLIMÁTICO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL <i>THE ENVIRONMENTAL CLIMATE REFUGE OF TRADITIONAL POPULATIONS IN THE INTERNATIONAL CONTEXT</i>	
Heline Sivini Ferreira, Diogo Andreola Serraglio e Rullyan Levi Maganhati Mendes.....	264
O RESGATE DOS SABERES TRADICIONAIS COMO ALTERNATIVA À CRISE GERADA PELO SISTEMA AGRÍCOLA DOMINANTE NA SOCIEDADE DE RISCO <i>THE RECURRENCE OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AS AN ALTERNATIVE TO THE CRISIS GENERATED BY DOMINANT AGRICULTURAL SYSTEM ON THE RISK SOCIETY</i>	
Ana Paula Rengel Gonçalves e Paula Galbiatti Silveir.....	290
PESCADORES ARTESANAIS, SOCIEDADE DE RISCO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS <i>ARTISAN FISHING, RISK SOCIETY AND ENVIRONMENTAL IMPACTS</i>	
Natasha Alessandra Fabrício Dutra e Silvane Tibes Evangelista.....	311
POLÍTICA AGRÍCOLA DO BANCO MUNDIAL E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: MODELOS DE DESENVOLVIMENTO <i>POLITIQUE AGRICOLE DE LA BANQUE MONDIALE ET LES POPULATIONS TRADITIONNELLES: MODELES DE DEVELOPPMENT</i>	
José Anselmo Curado Fleury.....	325

MOBILIZAÇÃO DE CAMPONESES E INDÍGENAS AMEAÇADOS PELA UHE - USINA HIDRELÉTRICA SÃO JERÔNIMO, NO VALE DO RIO TIBAGI, REGIÃO DE LONDRINA-PR: MEMÓRIA DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E DE CONQUISTAS

LA MOVILIZACIÓN DE LOS CAMPESINOS E INDÍGENAS AMENAZADOS POR LA HPP SAN JERÓNIMO EN EL VALLE DEL RÍO TIBAGI, EN LA REGIÓN DE LONDRINA-PR: RECUERDOS DE LUCHAS, RESISTENCIAS Y LOGROS

Wagner Roberto do Amaral⁴⁶

Miguel Etinger de Araujo Junior⁴⁷

RESUMO: O trabalho procurar trazer ao conhecimento da sociedade o processo de tentativa de implementação da Usina Hidrelétrica São Jerônimo, na região de Londrina/PR, e a conseqüente reação por parte da comunidade contrária a este empreendimento, principalmente camponeses e indígenas. Desde uma visão sociológica, passando por abordagens jurídicas, foi possível identificar uma série de peculiaridades que, somadas, permitiram alcançar o objetivo principal da movimentação da sociedade, que era a não implementação da Usina, devido aos seus impactos altamente negativos no meio socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Usina Hidrelétrica São Jerônimo; resistência; impactos socioambientais; Londrina/PR.

RESUMEN: El trabajo busca traer a la atención de la sociedad la intención de implementar la central hidroeléctrica de San Jerónimo, en la región de Londrina / PR, y la posterior reacción de la comunidad contraria a esta empresa, especialmente campesinos e indígenas. Desde un punto de vista sociológico, con algunos enfoques jurídicos, fue posible identificar una serie de peculiaridades que, juntos, permitirán logra éxito en el obje-

⁴⁶ Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: wramaral2011@hotmail.com

⁴⁷ Professor do Departamento de Direito Público e do Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: miguel.etingergmail.com

tivo principal del movimiento de la sociedad, que era la no implantación de la central, debido a sus impactos altamente negativos en los medios ambientales.

PALABRAS CLAVE: Central Hidroeléctrica São Jerônimo; resistencia; impactos ambientales; Londrina/PR.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intenciona publicizar e analisar o processo de mobilização social e popular realizado na região de Londrina-PR, no período de 1998 a 2001, com vistas à suspensão da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) São Jerônimo, projetada para o rio Tibagi. Ainda sem muita disseminação, a experiência de mobilização empreendida e ora apresentada, pode se apresentar como uma referência de luta e de resistência para as demais organizações e movimentos sociais que também passam a questionar e se mobilizar contra a instalação de empreendimentos de médio e de grande porte (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, dentre outros), principalmente para as populações diretamente ameaçadas ou impactadas por esses projetos.

O Rio Tibagi é um dos principais rios localizados integralmente no estado do Paraná, possuindo uma extensão de 550 km e uma área de 24.712 km², envolvendo 42 municípios paranaenses. Tem sua cabeceira localizada no município de Ponta Grossa e sua foz no rio Paranapanema, sendo deste, o seu principal afluente, que demarca a divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. A Bacia do Rio Tibagi divide-se em duas regiões distintas historicamente, sendo uma conhecida como *Paraná Novo* situada no trecho do Baixo e Médio Tibagi e localizada na região de Londrina-PR, e a outra, como *Paraná Velho*, trecho do Alto Tibagi localizado na região de Ponta Grossa-PR (BRANNSTROM, 2002).

A região banhada pelo rio Tibagi é componente de um amplo território indígena habitado historicamente por populações Kaingang, Guarani e, mais recentemente, de populações Xetá nessa região. Os povos Kaingang e Guarani habitantes dessa região tiveram seus territórios historicamente invadidos e apropriados pela expansão colonizadora, promovida pelas companhias de terras pactuadas pelo Estado brasileiro e que, no século

XX, redefiniram as fronteiras configuradas por essas populações tradicionais, resultando na redução e na demarcação dos seus territórios (MOTA, NOELLI, TOMMASINO; 2000).

Desta forma, situam-se na região norte do Paraná oito terras indígenas (TI) demarcadas sendo: TI de Mococa, TI de Queimadas, TI de Apucarantina, TI de Barão de Antonina, TI de São Jerônimo, TI de Pinhalzinho e TI de Laranjinha; e uma em processo de reconhecimento sendo a TI de Yvyporã-Posto Velho. A presença afirmativa desses grupos étnicos nessa região se apresenta por meio das redes de famílias extensas que se espalham por todo esse território, estabelecendo o contato permanente entre elas e a capacidade de articulação e de resistência sociocultural.

Ressalta-se que foram projetadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) – empresa empreendedora responsável pela instalação de UHEs nos rios paranaenses – sete UHEs para o rio Tibagi. Os procedimentos administrativos para construção da UHE S. Jerônimo foram iniciados oficialmente pela COPEL a partir de 14 de julho de 1998, período em que essa Companhia encaminhou a solicitação de implantação de quatro empreendimentos dessa natureza no rio Tibagi (Mauá, Cebo-lão, Jataizinho e São Jerônimo). Desses quatro empreendimentos, apenas a UHE de S. Jerônimo teve encaminhado o seu pedido de licenciamento pela COPEL, que desistiu dos outros três⁴⁸.

O processo de licenciamento da UHE S. Jerônimo começou a ser debatido pelas populações do Vale do Tibagi a partir do final do ano de 1998, culminando no seu arquivamento no ano de 2001, sendo esse o resultado de um intenso e inédito processo de mobilização nessa região, envolvendo instituições e grupos sociais de diferentes matizes e naturezas que vivenciaram essa experiência de afirmativa articulação.

A narrativa apresentada é resultado da sistematização dos registros de um dos autores que vivenciou diretamente essa experiência mobilizadora no período⁴⁹, enquanto coordenador de um projeto de alfabetização de jovens e adultos Kaingang e Guarani na região, por meio da Associação

⁴⁸ Destaca-se que foram identificadas alterações feitas pelos técnicos da COPEL nos relatórios de pesquisa que vinham sendo realizados para o estudo dos impactos em torno da UH Jataizinho, sendo essas irregularidades denunciadas por pesquisadores da UEL e os procedimentos arquivados (DUARTE, 2004).

⁴⁹ A experiência de elaboração desse texto possui, dessa forma, duas dimensões metodológicas fundamentais: a condição do autor enquanto sujeito ontológico – que vivenciou ativamente esse processo de mobilização – e enquanto sujeito gnosiológico, que assume a postura investigativa e analítica acerca do objeto em que ele próprio encontra-se implicado.

Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEAT), e agente da Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT Paraná), tendo esta última papel político estratégico nesse processo de mobilização.

Destaca-se que a experiência de mobilização vivenciada contra a construção da UHE São Jerônimo situa-se no ofensivo contexto de construção de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, provocando a mobilidade de significativo número de pessoas que histórica e tradicionalmente habitam os territórios próximos aos rios impactados.

2 CONTEXTO OFENSIVO DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL E O CASO DAS UHES NO RIO TIBAGI: ASPECTOS TEÓRICOS, JURÍDICOS E POLÍTICOS

A atividade empresarial ao longo do planeta tem se mostrado um fator determinante no estabelecimento de padrões de vida ao longo de toda sua cadeia produtiva, desde o processo de aquisição de matéria prima até a responsabilidade pós-consumo dos dias atuais.

Se em épocas passadas estas atividades empresariais tinham como limite de atuação somente a questão técnica da produção do produto ou da realização do serviço, a preocupação atual passa pelo reconhecimento de que a atividade realizada se insere em um todo, trazendo daí a necessidade de fazer com que este todo possa manter um equilíbrio, gerando qualidade de vida para todos. Pauta-se, desta forma, o conceito de sustentabilidade, entendido aqui como o conjunto de atividades voltadas para proporcionar uma satisfação individual e coletiva de forma duradoura, e que toma contornos vinculantes com base constitucional (FREITAS, 2011).

Neste processo de desenvolvimento das atividades empresariais, passa-se da época da Revolução Industrial para a época da sociedade de risco a que se refere Ulrich Beck (2010). Nesta sociedade em que vivemos atualmente, os riscos atuais são diferentes dos riscos do século XIX até metade do XX. Eles são globalizantes e surgem ameaças supranacionais e atravessados pelas classes sociais. Sob o viés ambiental, se antes a natureza era vista como um fator econômico para libertar as pessoas de sujeições tradicionais (fome), agora se trata de olhar os reflexos na natureza do processo atual de desenvolvimento técnico-econômico, surgindo daí uma constata-

ção: se os riscos sempre foram pessoais, hoje eles são de ameaça global (lixo nuclear, mudança climática, etc.).

O desafio das atividades empresariais do século XXI apresenta-se no sentido de compreender que novas perspectivas foram acrescentadas às tradicionais, baseadas na máxima obtenção do lucro. Para que sua atividade seja considerada legítima, impõe-se uma conduta social e ambientalmente adequada. A descontrolada escalada de produção em nível mundial trouxe enormes prejuízos às populações afetadas por estes empreendimentos e ao meio ambiente. Reverter este processo de degradação tem sido a preocupação de organismos internacionais e também das instituições internas de cada país.

Esta preocupação dos Estados tem sido apontada pela doutrina jurídica como um processo que se inicia com o modelo de Estado Liberal, passando pelo Estado Social, e alcançando atualmente o Estado de Direito Ambiental, ou Estado Socioambiental (AYALA, LEITE, 2011; CANOTILHO, LEITE, 2011). Neste sentido, o Estado de Direito Ambiental constitui um conceito de cunho teórico-abstrato que abrange elementos jurídicos, sociais e políticos na persecução de uma condição ambiental capaz de favorecer a harmonia entre os ecossistemas e, conseqüentemente, garantir a plena satisfação da dignidade para além do ser humano (AYALA, LEITE; 2011), ainda que em meio aos conflitos e contradições entre as classes sociais diante do avanço do modo de produção capitalista. Parte-se então do pressuposto da necessidade de regulamentar a utilização de recursos naturais em proveito econômico.

Desde a Declaração de Estocolmo de 1972 – documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) – quando se afirmou o meio ambiente equilibrado como direito fundamental do homem, que diversos mecanismos vêm sendo utilizados na busca deste objetivo global. Os Estados, por sua vez, têm se comprometido, progressivamente, a aumentarem seus mecanismos de proteção ambiental. Na seara empresarial, toda a atividade que utilize recursos naturais ou que provoque impactos ao meio ambiente deverá seguir determinadas normas e diretrizes no sentido de causar o menor impacto possível. Deverá sempre ser analisada a seguinte equação: Causaria A um dano? Precisamos de A? Segundo Derani (2008, p. 153-154), a resposta para tais perguntas que estão relacionadas às atividades empresariais encontram as seguintes considerações:

[...] não é o risco que deve provocar alterações no desenvolvimento linear da atividade econômica. O esclarecimento da razão final do que se produz seria o ponto de partida de uma política que tenha em vista o bem-estar de uma comunidade. No questionamento sobre a própria razão de existir de determinada atividade, colocar-se-ia o início da prática do princípio da precaução. A realização do princípio da precaução envolve primeiramente a verificação da constitucionalidade das justificativas dos objetivos da realização de determinado empreendimento antes mesmo de se examinar a relação objetivo-risco, como forma de analisar seu potencial poluidor.

Dois princípios de ordem ambiental internacional devem ser considerados neste controle da atividade empresarial: o princípio da precaução e o princípio da prevenção. O primeiro toma como base o Princípio 15 da Declaração do Rio – documento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (ONU, 1992, p. 3).

O princípio da prevenção, por seu turno, diferentemente do princípio da precaução, que se refere a aspectos desconhecidos até então, trata de riscos ou impactos já conhecidos pela ciência. A prevenção se dá em relação ao perigo concreto e a precaução se dá quanto ao perigo abstrato (MARCHESAN et al., 2005, p. 30). Aplica-se o princípio da prevenção “quando o perigo é certo e quando se tem elementos seguros para afirmar que uma determinada atividade é efetivamente perigosa” (MILARÉ, 2011, p. 1070).

Será neste momento, portanto, que a atividade estatal irá desempenhar seu papel de ente regular da atividade empresarial. Se há elementos suficientes de que determinada atividade irá causar um impacto significativo no meio ambiente, deve-se verificar se esta atividade é realmente relevante se considerada em relação ao bem ambiental que irá suportar esta externalidade negativa. Ultrapassada esta fase, e decidindo-se pela sua autorização, essa atividade deverá ser desenvolvida de acordo com as diretrizes traçadas pelo Poder Público, que tem o dever legal de tutelar o

meio ambiente adequado para a coletividade. Entende-se que a atuação do Poder Público não pode se olvidar da responsabilidade da sociedade neste mister, como inclusive determina a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 225, caput: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

No Brasil, esta autorização leva o nome de licenciamento ambiental. Trata-se de ato do Poder Público que vai determinar, de forma relevante, o modo de produção de determinada atividade empresarial com potencial impacto no ambiente. Neste sentido, a obtenção de contornos bem delimitados das diversas etapas deste procedimento de licenciamento ambiental tem se constituído em uma das maiores preocupações nas relações entre Estado, sociedade e empresa.

Como definição preliminar sobre licenciamento ambiental tome-se como base o artigo 1º da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que o define como:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (BRASIL, 1997, p. 1).

Compreender este processo de licenciamento necessita, no entanto, de um estudo com base interdisciplinar onde serão levados em consideração aspectos econômicos, administrativos e jurídicos. Além do procedimento, faz-se necessária ainda a análise do próprio conteúdo do produto final do licenciamento que são as licenças ambientais, para se alcançar um conteúdo adequado aos diversos interesses envolvidos na questão.

Esta abordagem sistêmica induz ainda a participação dos diversos segmentos da sociedade envolvidos na questão: as empresas, o Estado (na sua função regulatória de concessão de licenças ambientais) e a sociedade civil organizada.

Atualmente, encontra-se em curso uma política de governo, seguindo políticas de outros grupos políticos anteriores, no sentido de promover

a infraestrutura para o setor produtivo instalado no Brasil. Dentre esta infraestrutura está o fornecimento de energia para as atividades industriais e que, em função do enorme potencial hídrico do país, volta seus interesses na construção de usinas hidrelétricas nas mais diversas regiões do país.

Como se trata de atividade com grande impacto socioambiental, diversas normas jurídicas devem ser aplicadas no processo de licenciamento⁵⁰. Como toda atividade que não tem a preocupação com os impactos além daqueles que podem lhe causar benefícios, não é raro que, durante o processo de discussão, construção e operação destas usinas, diversas cicatrizes sejam deixadas pelo caminho na relação com os diversos setores envolvidos, principalmente com aqueles com menor potencial econômico e, portanto, com menor poder de influência nas políticas de governo.

Tal fato pode ser exemplificado no processo de construção da UHE Mauá, no Estado do Paraná, iniciada no ano de 2008 e inaugurada no ano de 2012. Em função de diversos *equivocos* no processo de licenciamento, foi proposta uma Ação Civil Pública⁵¹, que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Londrina/PR, que dentre outras condenações, declarou que “a bacia do Rio Tibagi é território Kaingang e Guarani, nos termos dos artigos 13 e 14 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, determinou que o IBAMA “assuma o licenciamento ambiental da UHE Mauá, após o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP 1999.70.01.007514-6”, e condenou a “empreendedora CNEC ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), [...] devendo a metade deste valor ser revertida às oito comunidades indígenas impactadas (Mococa, Queimadas, Apucarantina, Barão de Antonina, São Jerônimo, Pinhalzinho, Laranjinha e Yvyporá-Laranjinha).

Vale observar que a decisão final ainda não foi alcançada, tramitando alguns recursos junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Importante destacar que a UHE de Mauá é uma das sete unidades projetadas para o rio Tibagi, sendo encaminhada e operacionalizada após o arquivamento do

⁵⁰ Podemos citar como exemplo algumas delas: Resolução Conama 01/86; Resolução Conama 06/87; Resolução Conama 237/97; Resolução Conama 279/2001; Resolução Conama 302/2002 (app de reservatórios); Resolução Ana - 833/2011 - (Outorga da água); Lei 9433/97 - Política Nac. Rec. Hídricos; Resolução SEMA/IAP 09/2010 - Lic. UHEs no Paraná.

⁵¹ ACP nº 2006.70.01.004036-9/PR. Sentença disponível no site: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfpr&documento=5444105&DocComposto=78988&Sequencia=7&hash=8132dec413f7b2e9a9856db9015fbc09

projeto de construção da UHE S. Jerônimo, objeto de reflexão desse texto. Essas duas UHEs são consideradas as maiores e mais estratégicas das sete hidrelétricas projetadas para o rio Tibagi, sendo fundamentais a sua construção para a viabilização das demais. A UHE S. Jerônimo foi o primeiro empreendimento proposto para construção de hidrelétricas no rio Tibagi, sendo, contudo, arquivado após significativo processo de organização e mobilização de várias organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e de organismos públicos comprometidos com a defesa das populações indígenas e não indígenas da região.

A narrativa desse processo de mobilização apresenta-se como objeto da reflexão desse trabalho, evidenciando a memória da articulação realizada e a possibilidade de disseminação de referências de resistência e de luta contra esses empreendimentos.

3 NARRATIVA DE RESISTÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA A CONSTRUÇÃO DA UHE SÃO JERÔNIMO

As discussões e mobilizações políticas em torno da construção da UHE São Jerônimo se iniciaram a partir do mês de janeiro de 1999, quando a CPT Paraná, por meio da sua equipe regional de Londrina, realiza as primeiras atividades em torno dessa questão.

Importante destacar que a origem da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos demais movimentos sociais que lutam pela reforma agrária a partir da segunda metade da década de 1970, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, tem como uma de suas gêneses mais significativas o processo autoritário de instalação da UHE de Itaipu no rio Paraná. É justamente a instalação da UHE de Itaipu, em pleno contexto de Ditadura Militar no Brasil, que provoca a expulsão e o deslocamento de milhares de trabalhadores que perdem suas pequenas propriedades e/ou o seu trabalho nelas (muitos deles sem indenização adequada) mas, ao mesmo tempo, instiga a sua organização política, passando a se reconhecerem e a se identificarem por uma nova categoria de luta e de resistência – os trabalhadores sem terra.

A CPT, sendo um órgão ecumênico vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem sua origem ligada à defesa e ao apoio à organização dos trabalhadores posseiros na Amazônia (muitos

deles desapropriados de suas propriedades por causa da UHE de Itaipu, não indenizados e deslocados pelo INCRA para Rondônia e outras regiões amazônicas, sem nenhuma assistência técnica), como também às populações impactadas pelas barragens e os trabalhadores sem terra (CPT, 2010). Desta forma, os novos movimentos sociais que lutam pela terra, tem sua gênese nos impactos sobre o cercamento dos rios pelas UHEs, desapropriando e expulsando milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, tornando, muitos deles, trabalhadores sem terra (RAMPAZO, 2009).

No Paraná, apesar do ofensivo, intensivo e autoritário processo de construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Iguaçu⁵², iniciado durante o período da Ditadura Militar no Brasil, foi na década de 1990 que a CPT Paraná passa a protagonizar diretamente a luta contra a construção de barragens a partir do processo de mobilização contra a UHE de Salto Caxias, principalmente por meio do apoio à constituição da CRABI - Comissão dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (DEROSSO, ICHIKAWA; 2012). A CRABI teve relevante atuação de defesa, articulação e representação dos trabalhadores rurais impactados pela Usina de Salto Caxias, nos anos de 1990 e nos anos 2000, tornando-se referência importante para o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) no Paraná.

Constata-se que o percurso político feito pela CPT Paraná ao também pautar e se solidarizar com a luta dos atingidos pelas barragens, principalmente por meio das Romarias da Terra do Paraná⁵³, potencializa sua fundamental atuação no processo de mobilização contra a construção das UHEs no rio Tibagi, em especial, a UHE São Jerônimo.

⁵² O Rio Iguaçu é marcado pela construção de cinco usinas hidrelétricas sendo: a UHE de Salto Osório (inaugurada em 1975), a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz da Areia) (inaugurada em 1980), a UHE de Salto Santiago (inaugurada em 1980), a UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga, mais conhecida como UHE de Salto Segredo (inaugurada em 1992) e a UHE de Salto Caxias (inaugurada em 1999). (RAMPAZO, 2009).

⁵³ Destaca-se que, ao longo dos 40 anos da CPT no território paranaense, 28 Romarias da Terra do Paraná aconteceram sendo que, quatro delas pautaram diretamente a questão das águas e do impacto das hidrelétricas como temática central dessas celebrações, sendo a primeira delas realizada em 1985, em Guaíra, com o tema *Do Senhor é a terra e tudo que nela existe*, refletindo o desaparecimento das Sete Quedas na referida região, alagada com o impacto da UHE de Itaipu; em 1995, a 10ª. Romaria da Terra realizada no município de Três Barras do Paraná, com o tema *Águas para vida, não para morte*, refletindo sobre os impactos da UHE de Salto Caxias; em 2001, a 16ª. Romaria da Terra realizada no município de São Jerônimo da Serra, com o tema *Terra livre, água corrente, trazem vida pra gente!*, refletindo sobre a ameaça da construção da UHE de São Jerônimo; em 2003, a 18ª. Romaria da Terra realizada novamente no município de Guaíra, com o tema *Bendita água que gera a luta do povo por terra*, fazendo memória da primeira Romaria da Terra do Paraná (realizada 20 anos atrás) e que refletiu, à época, os impactos provocados pela construção da UHE de Itaipu.

Um dos processos que também potencializou a atuação da CPT Paraná na região norte desse estado junto à questão das barragens, pautada no final da década de 1990, foi a sua significativa atuação e capilaridade nos municípios da região norte do Paraná por meio da APEART. A APEART foi uma organização não-governamental criada no ano de 1993 e atuante até o ano de 2004, inicialmente para desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos assalariados rurais temporários (boias-frias), vindo posteriormente a ampliar sua atuação junto a outros segmentos tais como: populações indígenas (Kaingang e Guarani), agricultores posseiros na região central do Paraná, agricultores atingidos por barragens, trabalhadoras do sexo, jovens residentes em periferias urbanas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como junto à questão da educação ambiental. O percurso dessa Associação se baseava em princípios da educação popular, se constituindo e sendo reconhecida como uma referência importante na área da educação de jovens e adultos no Paraná e no país (AMARAL, 2003).

Constituída a partir de uma iniciativa da CPT Paraná, a APEART compôs uma equipe de coordenações locais e regionais formadas por educadores populares e lideranças com experiências comunitárias, sindicais e de movimentos sociais de diversas regiões do estado (focada principalmente nas regiões norte, noroeste e centro), que também atuava em diferentes temáticas e questões sociais. A questão da construção das barragens no rio Tibagi passou a ser uma temática pautada nas reuniões de planejamento da APEART no ano de 1999 e discutida nas suas turmas de alfabetização, tendo em vista as especulações e expectativas que circulavam pelos municípios localizados no entorno do referido rio.

A CPT Paraná inicia o processo de discussão sobre a UHE São Jerônimo no final do ano de 1998, tendo a informação acerca do empreendimento conduzido pela COPEL para construção de sete usinas hidrelétricas no rio Tibagi. Ao analisar o processo de mobilização realizado para contestação e luta contra a construção dessa UHE em específico, pode-se constatar quatro diferentes momentos a serem analisados nesse trabalho⁵⁴, sendo:

⁵⁴ Após levantamento bibliográfico e documental realizado, pode-se identificar apenas uma Dissertação de Mestrado voltada à análise da experiência de mobilização desenvolvida contra a construção da UHE S. Jerônimo. A referida obra (DUARTE, 2004) caracteriza o empreendimento em seus aspectos técnicos, legais, ambientais e políticos de forma clara e profunda, contudo, constata-se limites na apreensão do processo mobilizador do qual pretende analisar, não compreendendo o conjunto das instituições e segmentos sociais envolvidos nessa dinâmica e as estratégias estabelecidas e que levaram à suspensão da citada UHE. Outrossim, apresenta-se como uma referência importante para compreender o fenômeno

Momentos	
1º. Momento	A aproximação entre agentes da CPT Paraná, educadores populares da APEART e pesquisadores da UEL junto aos agricultores e lideranças sindicais e comunitárias da região.
2º. Momento	A constituição da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi e a disseminação dos impactos provocados por esse empreendimento.
3º. Momento	O enfrentamento direto da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi na Audiência Pública para autorização (ou não) da construção da UHE S. Jerônimo.
4º. Momento	A disseminação simbólica e acadêmica da mobilização realizada.

O primeiro momento foi constituído de dois significativos processos de articulação. Um primeiro refere-se à aproximação dos agentes da CPT Paraná e das equipes da APEART com alguns pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em especial de uma Antropóloga que já atuava junto às populações indígenas do Vale do Tibagi. Pode-se considerar que esse foi o primeiro núcleo articulador do processo de mobilização contra a construção da UHE S. Jerônimo.

Um segundo processo refere-se à aproximação desse primeiro núcleo articulador junto aos agricultores e às lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais, inicialmente dos municípios de Londrina, Ibiporã, Jataizinho, Assaí e São Jerônimo da Serra, junto à lideranças indígenas e dos educadores populares da APEART dessa região. Essa aproximação ocorreu, inicialmente, com a realização de uma reunião no mês de abril de 1999 com dirigentes de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, assim como alguns padres, agentes pastorais, educadores populares e vereadores atuantes nesses municípios. Essa reunião ficou definida pelos participantes como o I Encontro das Populações do Vale do Tibagi⁵⁵ por dar início ao processo de mobilização, ainda que nesse momento houvesse um reduzido número de participantes.

Uma estratégia definida nesse I Encontro foi a disseminação das refle-

mobilizador realizado no Vale do Tibagi e para disseminar essa experiência.

⁵⁵ Destaca-se que a denominação *Populações do Vale do Tibagi*, que orientou os encontros e atividades realizadas nesse primeiro momento de mobilização, expressava a significativa expectativa dos agentes mobilizadores, projetando o envolvimento desse iniciante movimento às diferentes populações e segmentos sociais residentes nos municípios localizados à beira do rio Tibagi. Apesar desse processo mobilizador ter tido como foco apenas a construção de uma das UHEs projetadas para o rio Tibagi e, portanto, circunscrever-se na região denominada como *Baixo Tibagi* (BRANNSTROM, 2002), cabe ressaltar que a experiência de mobilização realizada já continha em sua gênese um olhar para toda a bacia do Rio Tibagi, denominando-a como um Vale.

xões em torno dos impactos advindos com a possível construção da UHE S. Jerônimo, diretamente junto às comunidades locais e às terras indígenas na região. No mês de abril e maio de 1999 foram realizadas visitas e reuniões com lideranças e agricultores de diversos distritos rurais nos municípios de Jataizinho e Assaí. Essas visitas e reuniões possibilitaram a constituição de uma primeira comissão de representantes de cada uma das comunidades rurais abordadas, ampliando o núcleo articulador desse processo de mobilização⁵⁶.

Nesse mesmo período, foi realizada uma reunião na Terra Indígena de Barão de Antonina, município de S. Jerônimo da Serra, contando com a participação de um Promotor Público representante do Ministério Público do Paraná, para divulgar e discutir informações acerca dos impactos que a construção da UHE S. Jerônimo traria para as terras indígenas da região.

No dia 15 de maio de 1999, foi realizado o II Encontro das Populações do Vale do Tibagi⁵⁷, no salão paroquial da Igreja Católica de Jataizinho, contando com a presença de aproximadamente 120 participantes. Esse Encontro, organizado para o período da manhã e da tarde, objetivou socializar informações e debater sobre o projeto de construção da UHE S. Jerônimo, bem como das demais seis UHEs projetadas para esse rio, e também definir estratégias para mobilização contra esse projeto. O Encontro contou com a presença de representantes da CRABI que apresentaram o processo de mobilização realizado pelas famílias atingidas pela UHE de Salto Caxias, naquele período, em processo de reassentamento indenizatório na região de Cascavel/PR.

Os representantes da CRABI narraram o processo de organização que realizaram junto às famílias impactadas pela UHE de Salto Caxias, iniciadas antes da construção dessa barragem, o que possibilitou maior tempo de articulação política entre eles e amadurecimento das negociações junto à COPEL, responsável pela construção desse empreendimento. Apesar de não conseguirem conter a construção da barragem, a mobilização por eles realizada possibilitou ampliar as condições de negociação e de indenização pelas significativas perdas causadas pelo empreendimento.

A reflexão feita pelos representantes da CRABI em torno das perdas

⁵⁶ Essa Comissão foi constituída por lideranças dos distritos rurais de Água do Pari, Cebolão e Tigrinho, além de um vereador do município de Assaí e representantes da UEL, da APEART e da CPT Paraná.

⁵⁷ Ressalta-se que todos os Encontros realizados nesse processo de mobilização contaram com o apoio de padres e demais agentes de pastoral das paróquias que cederam os espaços físicos, bem como das organizações envolvidas, por meio da doação de alimentos para as refeições, concessão de ônibus para deslocamento dos participantes e demais materiais de consumo.

territoriais físicas (propriedades, vínculos de trabalho, etc.) e, principalmente, das perdas simbólicas, históricas e socioculturais (os vínculos e as pertencas culturais, religiosas, familiares, etc.) pelo alagamento das propriedades, provocou comoção e envolvimento dos participantes. Os relatos dos agricultores e lideranças dos municípios presentes no Encontro, principalmente dos participantes mais idosos, foram marcados pela memória da chegada e resistência na região norte do Paraná, vivenciada por muitos deles e/ou por seus pais. Constatou-se, de forma unânime nos participantes, uma sintonia em torno da negativa pela construção da UHE S. Jerônimo, demandando a definição de estratégias para contestar esse processo junto aos órgãos ambientais envolvidos e à COPEL.

Um saldo significativo observado nesse encontro foi a discussão e a definição da categoria *ameaçados pelas barragens*, sinalizando a constituição de uma identidade para o grupo. A assunção do conceito de *ameaçados* e não necessariamente *atingidos*, demarcaria para o grupo o fato do empreendimento não ter sido ainda autorizado, estando ainda na fase de estudo dos impactos ambientais e sociais, possibilitando um processo de maior tempo para compreensão desse processo e de resistência política. Os debates realizados no Encontro afirmaram que a ameaça da construção da UHE por si, já indica um impacto real e emocional junto às famílias envolvidas, contudo, os participantes compreenderam que, a assunção da identidade como *ameaçados* sinalizaria uma possibilidade de contenção desse empreendimento.

Outra reflexão debatida foi de que, das sete UHEs projetadas para o rio Tibagi, a UHE S. Jerônimo e a UHE de Mauá seriam as de maior porte, sendo sua construção estratégica para efetivação de todos os demais empreendimentos hidrelétricos previstos para o referido rio. Esse fato provocou nos participantes maior responsabilidade e comprometimento no processo de resistência que poderia vir a se constituir. Dessa forma, um dos encaminhamentos do Encontro foi a criação do que se denominou como Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, com representação de lideranças de diferentes segmentos sociais e de instituições participantes.

Mesmo convidadas e mobilizadas para participarem desse Encontro, constatou-se a ausência da participação de lideranças indígenas das terras indígenas da região, assim como dos técnicos da Administração Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Londrina, sinalizando, desde esse momento, um processo paralelo de discussão e de mobilização a favor e contrário à construção da UH S. Jerônimo.

O segundo momento do movimento contra a construção da UHE S. Jerônimo pode ser reconhecido com a constituição da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi⁵⁸ e disseminação dos impactos provocados por esse empreendimento. Esse momento pode ser caracterizado pelas ações desenvolvidas no período de maio de 1999 a dezembro do ano de 2000, por meio de reuniões realizadas por essa Comissão, visitas a outras experiências de impacto de empreendimentos hidrelétricos e a organização do III Encontro Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi.

No período de maio a dezembro de 1999, foram realizadas quatro reuniões da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, sendo duas delas na cidade de Assaí, uma em Londrina e outra na Ilha Bambu-açu, também conhecida como Ilha do Baiano, localizada no rio Tibagi, nas proximidades da cidade de Jataizinho. A pauta das discussões nessas reuniões centrou-se em questões como:

- a preocupação do envolvimento das lideranças indígenas nesse processo de mobilização, considerando o importante e estratégico papel das comunidades Kaingang e Guarani também ameaçadas em aceitarem ou não o empreendimento;

- a necessidade de socializar informações acerca dos impactos da UHE para as comunidades urbanas e rurais que ainda não tinham sido abordadas pela Comissão. Importante ressaltar a dimensão simbólica presente para os membros participantes da Comissão que se assumiam enquanto representantes regionais dos ameaçados pelas barragens do Tibagi (indicando a ameaça da construção dos sete empreendimentos), contudo, com significativas dificuldades para mobilizar todos os municípios ameaçados diretamente pela UHE S. Jerônimo, dada a significativa abrangência geográfica e os limites de disponibilidade dos envolvidos;

- a contraposição das informações que passavam a ser disseminadas por alguns prefeitos e lideranças políticas dos municípios da região de que a UHE S. Jerônimo traria significativos recursos e progressos financeiros para a região, possibilitando o enriquecimento dos agricultores impactados pelas indenizações previstas pelo empreendimento;

⁵⁸ Importante ressaltar as diferenças na compreensão acerca do processo de constituição dessa Comissão denominada por DUARTE (2004) como “Comissão Regional dos Atingidos pelas Hidrelétricas do Tibagi (CRAHRT)” ao enfatizar que a mesma se caracteriza como “o MAB de São Jerônimo da Serra”. Ao denominar esse processo de mobilização como “movimentos combativos”, o autor relaciona apenas seis componentes desse processo (CPT, MAB, ONG Ambiental-NP, APEART, CRAHRT e CRABI), não evidenciando outros atores locais fundamentais dessa mobilização e enfatizando, equivocadamente, o papel do MAB na condução desse processo.

- a expectativa de finalização do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA) pelo IBAMA para avaliar a dimensão do laudo e dos impactos previstos. Havia já um debate presente para os participantes da Comissão de que os impactos deveriam ser previstos, avaliados e mensurados considerando toda a bacia do rio Tibagi e não apenas sua parcialidade localizada a partir do empreendimento da UHE S. Jerônimo. Esse aspecto passou a ser aprofundado pela Comissão, se desdobrando num dos seus maiores argumentos para o enfrentamento posterior contra o empreendimento.

Uma das ações indicadas pela Comissão foi a elaboração de uma cartilha que apresentasse conteúdos com linguagem clara e didatizada acerca dos impactos da construção das barragens no rio Tibagi, em especial a UHE S. Jerônimo, para divulgação junto às comunidades rurais e urbanas dessa região, principalmente junto às escolas públicas.

Destacam-se três ações desenvolvidas nesse período (maio a dezembro de 1999) as quais possibilitaram subsidiar o fortalecimento dessa Comissão. A primeira delas refere-se à realização da reunião da Comissão na Ilha do Baiano, no rio Tibagi, nas proximidades da ponte que liga os municípios de Jataizinho e Ibiporã. A escolha de um espaço alternativo para as discussões, banhado diretamente pelo rio, associado a um momento de confraternização para a Comissão, possibilitou a informalidade e a proximidade entre sujeitos tão diferentes envolvidos nesse processo. Atravessar juntos o rio num pequeno bote, preparar e compartilhar os ingredientes para o almoço e relatar informalmente sobre as experiências pessoais e percursos políticos, possibilitou significativa proximidade entre os participantes, principalmente para superar as distâncias ainda existentes entre lideranças de movimentos populares e professores universitários.

A segunda ação refere-se à visita realizada por alguns membros da Comissão, principalmente da CPT Paraná, às populações impactadas pela UHE de Porto Primavera, no Mato Grosso do Sul. A visita realizou-se em dois dias, por meio de contatos prévios feitos pela equipe da CPT do Paraná com as lideranças impactadas por essa UHE. Foi visitada uma colônia de pescadores que ainda sofre com os impactos da UHE de Porto Primavera e a terra indígena Ofaiê-Xavante, uma vez que parte desse grupo étnico foi deslocado de seu território original para outro viabilizado como recurso indenizatório pelo impacto sofrido.

Os relatos emocionados dos pescadores impactados e muitos deles ainda não indenizados, acerca do que denominaram como “ilusão da moder-

nidade” pregada pelos empreendedores, bem como as narrativas dos Ofaiê-Xavante acerca da precariedade social vivenciada por eles e constatada pelo grupo visitante, amadureceram ainda mais a luta contra a barragens do rio Tibagi, a partir da socialização do que foi observado e registrado nessa visita.

Uma terceira ação foi a constituição de uma equipe de estudantes universitários dos cursos de Ciências Sociais, Biologia e de Serviço Social da UEL interessados nesse debate, contribuindo para seleção de conteúdos sobre os impactos de hidrelétricas no Brasil e no Paraná, subsidiando a elaboração de panfletos e contribuindo para a organização e sistematização das atividades da Comissão.

O ano de 2000 se iniciou com a divulgação do EIA/RIMA da UHE S. Jerônimo pela COPEL, possibilitando maior intensidade para o processo de mobilização contra esse empreendimento. O referido EIA/RIMA foi elaborado de forma fragmentada, focando apenas os impactos previstos na região a ser alagada por esse empreendimento, desconsiderando os impactos em toda a bacia do rio Tibagi, principalmente no que se refere aos cinco territórios Kaingang e Guarani localizados ao longo desse rio. O EIA/RIMA informou os impactos previstos apenas na Terra Indígena do Apucarantina, desconsiderando as relações socioculturais e políticas existentes pelas relações de parentesco e uso do território físico e vivido para esses grupos étnicos, principalmente para o povo Kaingang dessa região.

No dia 29 de março de 2000, a Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi se reúne de forma ampliada no salão paroquial da Igreja Católica de Jataizinho para compreender e avaliar o conteúdo do EIA/RIMA. Agregam-se nesse momento à Comissão um número maior de lideranças sindicais e de lideranças rurais comunitárias da região, pesquisadores da UEL, padres, vereadores e lideranças indígenas das terras indígenas de S. Jerônimo e de Barão de Antonina. Nessa reunião, os participantes da Comissão explicitaram e refletiram sobre os interesses da COPEL e do próprio IBAMA em fragmentar a análise dos impactos, com intenção de parcializar a compreensão dos prejuízos decorrentes do empreendimento, bem como de dividir o processo de mobilização e de resistência contra a UHE.

Foi informada também a posição do Consórcio para Proteção Ambiental do Tibagi (COPATI) contrária à construção desse empreendimento. Essa posição pode ser constatada no Relatório do Projeto Marca D'Água, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da UnB sobre a Bacia do Rio Tibagi, elaborado por Christian Brannstrom (2002,

p. 7) ao situar os interesses políticos locais em torno dos recursos indenizatórios da UHE S. Jerônimo:

Entre outros prefeitos do Tibagi, os recursos hídricos já se converteram em fonte significativa de recursos. A criação do CIBACAP (Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara), cuja finalidade é receber indenização pela inundação de terras com a formação do reservatório do Capivara, recebeu em julho de 2001 da Duke Energy International, concessionária da UH Capivara, financiamento para projetos de educação ambiental e turismo rural. Talvez seguindo o exemplo do CIBACAP, outros políticos da região das UHs projetadas para o Tibagi estão articulando um discurso de que a construção da Usina Hidrelétrica traria grandes benefícios financeiros ao município. Segundo um entrevistado, na última campanha municipal não faltou candidato à prefeitura que falasse de como os recursos da UH poderiam financiar novas iniciativas na saúde e na educação, além da especulação imobiliária para fazer chácaras na beira do futuro reservatório.

O posicionamento dos Prefeitos da região favorável à construção da UHE S. Jerônimo foi uma das questões que passaram a ser debatidas pela Comissão nesse contexto⁵⁹. Destaca-se a atuação do Deputado Federal Luciano Pizzatto (no período pelo PFL-PR) nesse processo uma vez que ele se apresentava como o principal articulador das Audiências Públicas a serem realizadas, tendo em vista a obrigatoriedade do envolvimento do Congresso Nacional mediante o impacto da UHE em terras indígenas, sendo estas de responsabilidade federal (RAMOS, 2005).

Considerando que a reunião ampliada contou com a participação de lideranças de outros municípios, para além dos que já vinham participando, deliberou-se pela maior aproximação da Comissão junto às comunidades urbanas e rurais estendendo o envolvimento aos demais municípios da bacia do Tibagi. Definiu-se ainda pelo diálogo e envolvimento junto às lideranças do MST residentes nos assentamentos de reforma agrária localizados em S. Jerônimo da Serra e em Tamarana.

⁵⁹ DUARTE (2004) caracteriza com clareza as expectativas, os interesses e os argumentos de prefeitos e lideranças políticas da região do Vale do Tibagi apresentavam com a construção da UHE S. Jerônimo. O autor destaca uma manifestação da Prefeita do município de S. Jerônimo da Serra que, ao ser indagada pelas mudanças climáticas na região com a construção do empreendimento manifesta o seguinte: “Para a prefeita, a natureza de São Jerônimo da Serra seria afetada em porcentagens insignificantes se comparado com os benefícios, como exemplo, [...] os ecologistas dizem que haverá muita proliferação de mosquitos na região por conta das águas paradas do reservatório, mas isso não é problema, pois a população daqui está acostumada com eles” (DUARTE, 2004, p. 95).

Vale destacar que na mesma semana que ocorreu essa reunião ampliada, realizou-se no dia 01 de abril, na Câmara de Vereadores do município de S. Jerônimo da Serra, a primeira Audiência Pública sobre os impactos da construção da UHE S. Jerônimo envolvendo as populações indígenas da região, coordenada pelo Deputado Pizzatto. Constata-se que a referida Audiência Pública deixa explicitada, por meio do citado Deputado, o caráter fragmentado do EIA/RIMA da UHE S. Jerônimo sinalizando que os impactos desse empreendimento caberiam apenas à comunidade Kaingang a ser afetada, diga-se os pertencentes à terra indígena do Apucarantina, desconsiderando a totalidade dos impactos para toda população indígena habitante da bacia do Tibagi – pertencentes à etnia Kaingang, Guarani e Xetá, habitantes de sete terras indígenas na região⁶⁰.

Apesar disso, por motivos políticos, o referido Deputado agendou essa Audiência Pública na sede do município de S. Jerônimo da Serra, localizada na outra margem do rio Tibagi, distante da terra indígena do Apucarantina, que seria, portanto, população alvo da consulta. Ao analisar esse processo por meio de nota técnica do Ministério Público Federal – órgão que acompanhou todo esse processo mediante os impactos nas terras indígenas –, Luciana Ramos (2005, p. 3), Antropóloga desse órgão informa a decisão tomada pelas lideranças Kaingang nessa Audiência:

O Deputado Luciano Pizzatto passou a palavra às lideranças indígenas citadas. Todas falaram que as terras a serem inundadas não poderiam ser substituídas por outras de mesma dimensão, tendo em vista o valor cultural das mesmas para eles”. Na ocasião ficou acertada uma segunda reunião, pois os indígenas de Apucarantina queriam ouvir o posicionamento dos “parentes” situados nas outras áreas do Tibagi.

O posicionamento de estranhamento do empreendimento pelas lideranças Kaingang motivou o processo de mobilização conduzido pela Comissão de Ameaçados da região. No dia 21 de maio de 2000, foi realizado o III Encontro Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, no salão paroquial da Igreja Católica de S. Jerônimo da Serra, contando com cerca de 150 participantes de diversos municípios da região. A progra-

⁶⁰ Para maior aprofundamento sobre essa questão ver: RAMOS, Luciana. Nota Técnica n. 03 - Parecer/2005 Londrina, de abril de 2005, emitida por Luciana Ramos, Antropóloga do Ministério Público Federal, Londrina, 2005.

mação desse Encontro contou com dois momentos, sendo o primeiro para compreender os aspectos técnicos e políticos do projeto da UHE S. Jerônimo, seus impactos e os procedimentos a serem seguidos em Audiência Pública. Para esse momento contou-se com a participação de uma técnica do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), de um técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e do Promotor Público representante da Coordenadoria de Apoio Operacional área de Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná. O aspecto que ficou mais evidente do debate nesse momento foi a incompreensão pelo EIA/RIMA da globalidade do impacto para toda a bacia do rio Tibagi, principalmente no que se refere aos impactos socioculturais para as populações indígenas da região.

Um segundo momento do encontro contou com o relato de lideranças impactadas por barragens, tendo sido fundamental a participação de representantes da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), bem como de impactados pelas UHEs de Porto Primavera e de Três Lagoas, ambos do Mato Grosso do Sul. Os relatos apresentados evidenciaram os profundos conflitos comunitários e familiares provocados pelos empreendimentos construídos nessas localidades, diante das promessas de indenização com fartos recursos com a construção das UHEs, feitos pelos empreendedores de forma individual junto às famílias impactadas e não de forma coletiva. Relataram ainda as dificuldades vivenciadas por não terem se organizado de forma coletiva contra o empreendimento e para as negociações da indenização, sendo ainda essa a luta pelos atingidos para recebimento dos mesmos até a presente data. Os relatos sensibilizaram os participantes que se organizaram em grupos para levantarem propostas para os passos seguintes da mobilização.

Dentre as propostas levantadas, foi sugerida a necessidade de realização desses encontros e das visitas nas comunidades locais, mas utilizando-se uma linguagem mais acessível diante das várias informações técnicas apresentadas, buscando alcançar a compreensão das populações indígenas e dos agricultores, reclamadas pelos presentes no Encontro. Sugerido ainda que as atividades a serem realizadas deveriam ter como foco a preparação dos diferentes segmentos, lideranças e instituições para participação nas Audiências Públicas a serem agendadas para debater o EIA/RIMA da UHE S. Jerônimo.

Após o III Encontro, a Comissão dos Ameaçados se reuniu em três outros momentos no período de junho a dezembro de 2000, para avaliar

as ações desenvolvidas, planejar atividades junto às comunidades locais e refletir sobre os desdobramentos dos procedimentos técnicos pelo IBAMA e pela COPEL. Uma ação importante nesse período foi a realização da *Celebração das Águas do Rio Tibagi*, organizada pela equipe da CPT Paraná de Londrina, se caracterizando como uma benção do rio Tibagi, na ponte que liga os municípios de Jataizinho e Ibiporá, sendo parte da rodovia BR-369, de alto fluxo de transporte rodoviário. Essa celebração foi realizada no dia 10 de setembro de 2000, envolvendo cerca de 200 participantes que suspenderam parte do tráfego da ponte e realizaram uma benção simbólica do rio. Essa celebração chamou a atenção da imprensa local e dos moradores da cidade de Jataizinho que fica bem próxima da ponte, destacando o debate em torno da construção da UHE S. Jerônimo.

Outra questão que focou as discussões pela Comissão dos Ameaçados nesse período foram os posicionamentos da população Kaingang da terra indígena de Apucarantina, principal impactada pelo empreendimento hidrelétrico. Nesse período foi realizada nessa terra indígena a segunda Audiência Pública conduzida pelo Deputado Pizzato para ouvir o posicionamento daquela comunidade. Mesmo com uma pressão significativa por parte dos técnicos e gestores da COPEL, em parceria com alguns professores da UEL que atuavam junto àquela comunidade no período e que apoiavam a construção da hidrelétrica, a comunidade Kaingang da TI do Apucarantina afirmou sua negativa à construção da UHE S. Jerônimo. Contudo, segundo relato de Ramos (2005), mesmo com essa negativa, após essa consulta pública, foi protocolado na FUNAI Londrina e no MPF um documento assinado por algumas lideranças Kaingang daquela comunidade aceitando o empreendimento e voltando atrás da decisão pública anunciada na Audiência. Segundo Ramos (2005), esse documento foi resultado de rumores disseminados nessa aldeia indígena de que os indígenas se enriqueceriam com as indenizações, provocando a substituição da decisão tomada em Audiência Pública por outra encaminhada por meio de um documento assinada por algumas lideranças indígenas.

O substitutivo apresentado pelo Deputado é externo ao contexto cultural dos Kaingang, Guarani e Xetá, mesmo tendo sido “produzido” pelos índios. Isto porque, tudo leva a crer, que os índios o redigiram orientados por terceiros, em um momento de euforia e sob o impacto de boatos lançados pelos defensores dos interesses antiindígenas. É também um substitutivo autoritário, na me-

dida em que mesmo após um “Não” dos indígenas e distante da presença dos órgãos federais voltados para assegurar seus direitos, as investidas dos não índios persistiram, assumindo cada vez mais uma forma de mero assistencialismo. Obviamente que a intenção dessa empreitada foi desviar a atenção dos indígenas de um processo sério de discussão e reflexão sobre as perdas, os ganhos e os meios de assegurar, durante a instalação e funcionamento do empreendimento, uma igual ou melhor qualidade de vida, de acordo com as suas tradições culturais e conhecimento etno-ambiental. Em contatos mantidos com os Kaingang e Guarani que habitam as áreas sob risco de serem impactadas, eles demonstraram total desconhecimento de questões básicas sobre a Usina, tais como o local onde ela seria construída, qual seria a parte e extensão do território indígena alagada, que tipos de recursos naturais deixariam de existir às margens do rio, em que a barragem interferiria na sua forma de produção agrícola, artesanal, de caça e de pesca, quais espécies animais deixariam de existir e quais seriam inseridas, quais aspectos do seu universo simbólico e de suas práticas culturais seriam mais significativamente atingidos, etc. (RAMOS, 2005, p. 4)

Esse processo provocou mais conflitos internos nas comunidades indígenas da região e insegurança nos procedimentos técnicos encaminhados pelo Deputado representante do Congresso Nacional e pelo IBAMA. Ainda que esse processo tenha ocorrido paralelamente à dinâmica organizativa da Comissão Regional dos Ameaçados das Barragens do Tibagi, pela especificidade das consultas e também pela existência de um distanciamento das lideranças Kaingang da TI do Apucarantina dessa organização⁶¹, as mudanças no posicionamento dessa comunidade indígena acabava sendo determinante para a autorização da construção ou não do empreendimento.

O terceiro momento de mobilização foi marcado pelo enfrentamento direto da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi na Audiência Pública que autorizaria ou não a UHE S. Jerônimo. Esse momento pode ser caracterizado no período de janeiro a março de 2001, culminando com a realização da Audiência Pública organizada pelo IBAMA

⁶¹ A afirmação de um distanciamento de lideranças Kaingang da TI do Apucarantina das ações desenvolvidas pela Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi pode ser constatado na ausência de representantes desse grupo étnico-comunitário nas atividades realizadas, mesmo com os convites estendidos a essa comunidade. Observou-se contudo a participação de lideranças Kaingang e Guarani das outras terras indígenas da região. Sendo essa uma hipótese pelo autor desse artigo, faz-se importante destacar que não existem estudos ou pesquisas desenvolvidas e que ainda venham a comprovar tal afirmação.

no dia 08 de março do referido ano. A Audiência Pública foi inicialmente agendada para o dia 10 de janeiro de 2001, sendo adiada para o dia 08 de março do mesmo ano. Essa fase se inicia com a profunda insegurança, consequente das indefinições e conflitos manifestados pela comunidade Kaingang da terra indígena do Apucarantina acerca do empreendimento.

Importante destacar ainda que os debates em torno da construção da UHE S. Jerônimo se situam no mesmo período em que o Governador do Estado do Paraná Jaime Lerner (PSDB-PR) sinaliza a ameaça de privatização da COPEL. Todos os movimentos sociais e instituições paranaenses que se manifestavam contrárias a esse processo já se organizavam diante dessa possibilidade, vindo, posteriormente, a alcançar êxito após intensa mobilização que impediu a privatização dessa Companhia. Ao situar o processo de mobilização contra a construção da UHE S. Jerônimo nesse contexto, Duarte (2002, p. 90) afirma que:

De acordo com os representantes dos movimentos, para a COPEL, era muito interessante que houvesse um EIA/RIMA feito de maneira rápida para que o início das concessões fosse “a toque de caixa”, pois o projeto, já em andamento entraria no pacote energético com a venda da empresa, com o intuito de valorizar o seu patrimônio da empresa. Segundo os líderes dos movimentos, posteriormente soube-se que já haviam sido vendidas algumas ações da empresa onde já estavam incluídas, no pacote, as barragens projetadas.

As ações de preparação e mobilização estratégica dos diferentes segmentos e instituições contrários à UHE S. Jerônimo para participação na Audiência Pública se iniciaram com a realização do IV Encontro dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, ocorrido no dia 06 de janeiro de 2001, no salão paroquial da Igreja Católica de S. Jerônimo da Serra. Esse Encontro reuniu um número menor de participantes mas com uma significativa representação dos segmentos e instituições contrários à construção do empreendimento. A pauta do Encontro foi basicamente a leitura e compreensão de aspectos do EIA/RIMA que se apresentavam frágeis, contraditórios e sem fundamentação adequada considerando os resultados de pesquisas já alcançados por pesquisadores da UEL e da UEM nas diversas áreas do conhecimento (botânica, arqueologia, antropologia, com espécies de peixes e outros animais, dentre outros). Estavam presentes representantes da CPT Paraná, da APEART, da CRABI, do MST, do MPF,

da FUNAI, de Câmeras de Vereadores de diversos municípios da região, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de Sindicatos Rurais patronais, de pesquisadores da UEL e da UEM e de três ONGs ambientalistas sendo: a ONG Ambiental-Norte do Paraná, a Associação Brasileira de Defesa e Recuperação do Meio Ambiente (ADEMAVI) e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Os participantes discutiram e identificaram argumentações que explicitassem as contradições e fragilidades do documento e definindo a ordem de inscrição e manifestação na Audiência.

A partir desse Encontro, foram elaborados panfletos informativos e distribuídos pela Comissão dos Ameaçados, apresentando didaticamente os impactos a serem causados com a construção da UHE S. Jerônimo (DUARTE, 2004).

Dois dias seguintes a esse encontro, foi realizada reunião com representantes de diversas instituições na sede do Ministério Público Federal em Londrina para aprimorar as estratégias e os argumentos a serem apresentados na Audiência Pública. Essa reunião realizou-se com um número menor de participantes, contando com a representação da CPT Paraná, da APEART, do MST, do MPF, da FUNAI, do Ministério Público Estadual, de dois padres da região e de pesquisadores da UEL e da UEM. Foram novamente identificadas falhas nos estudos realizados tais como: insuficiência de dados no laudo antropológico e arqueológico desenvolvido, ausência de estudos das comunidades não indígenas previstas na área a ser alagada, as dificuldades da população indígena e não indígena em ter acesso e compreensão dos conteúdos do EIA/RIMA, a ausência dos dados sobre a alteração da qualidade da água na região (uma vez que o rio Tibagi abastece a região de Londrina), dentre outros.

A partir do debate realizado, ficaram definidas questões essenciais a serem pautadas e inscritas sendo: o EIA/RIMA apresenta dados insuficientes ao tomar como parâmetro os resultados de pesquisas acadêmicas realizadas por longo tempo no rio Tibagi por pesquisadores das Universidades, não contribuindo para a efetiva compreensão do impacto; o EIA/RIMA não apresenta caracterização sociocultural e econômica das populações não indígenas que habitam a região (tais como ribeirinhos, assentados da reforma agrária, etc.); o EIA/RIMA não foi devidamente divulgado e debatido; de que há um pressuposto equivocado de consulta às comunidades, sendo essa Audiência Pública a primeira e única a ser realizada para tratar do

estudo realizado pela empreendedora, envolvendo as populações não indígenas. Após os argumentos levantados e discutidos, cada um deles foi distribuído para os respectivos representantes que assumiram o compromisso de inscrever-se para manifestação na Audiência Pública.

No dia 15 de fevereiro de 2001, a Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi voltou a se reunir em S. Jerônimo da Serra para discutir e definir sua participação na Audiência Pública prevista. Como estratégia fundamental dessa Comissão ficou definida a realização de contatos com lideranças políticas de todos os municípios previstos para participar da Audiência Pública, possibilitando uma sintonia nas manifestações contrárias à construção do empreendimento. Dessa maneira, foram listados nominalmente os responsáveis pelos contatos em cada município da região, por meio de contatos telefônicos ou visitas. Nessa reunião foi levantada a proposta de que a 16ª Romaria da Terra do Paraná indicasse como tema a questão das barragens do Tibagi, entendendo ser este o momento da Igreja Católica do Paraná dar visibilidade à gravidade que implica esse empreendimento, vindo a propiciar ampla campanha e divulgação nacional à temática. Debatido ainda que a assunção desse tema pela Romaria da Terra poderia conectar-se à temática prevista pela Campanha da Fraternidade *Fraternidade e Povos Indígenas*, a ser organizada pela CNBB, prevista para o ano de 2002.

Com o adiamento da Audiência Pública do dia 10 de janeiro para o dia 08 de março de 2001, foi convocada uma outra reunião na sede do MPF de Londrina no dia 07 de março do referido ano com os participantes da Comissão dos Ameaçados pelas barragens do Tibagi para retomar as questões debatidas anteriormente e reafirmar os argumentos ora levantados. Nessa reunião destacava-se um número maior de participantes e de representantes de organizações e movimentos sociais, além de maior número de pesquisadores da UEM e da UEL, e também da representação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEL. Nesta reunião, foram reafirmados os argumentos e a sequência das inscrições dos participantes da Comissão dos Ameaçados. Uma das propostas levantadas nessa reunião foi a de protocolar a solicitação de realização de audiências públicas locais, ampliando as discussões junto às comunidades e municípios.

A Audiência Pública para consulta acerca dos impactos da UHE S. Jerônimo foi realizada no dia 08 de março de 2001, em S. Jerônimo da Serra, sendo coordenada por representantes do IBAMA e contou com a

representação de prefeitos e de vereadores de todos os municípios da região do vale do Tibagi, bem como de todas as organizações e movimentos sociais que vinham debatendo a questão da ameaça e do impacto desse empreendimento, além dos pesquisadores da UEL e da UEM envolvidos nesse debate e as lideranças indígenas da região. Participaram também dessa Audiência alguns pesquisadores que elaboraram o EIA/RIMA, cujo conteúdo foi debatido.

Com um ambiente marcado pela tensão e ansiedade dos participantes, era possível visualizar no ambiente a presença de várias faixas afirmando a negativa do empreendimento. Após a abertura oficial da Audiência e a apresentação de uma síntese dos conteúdos do EIA/RIMA pela mesa coordenadora dos trabalhos, foram abertas as inscrições para manifestações dos participantes. Conforme definido nas reuniões realizadas anteriormente pelas instituições e pelos membros da Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, as manifestações foram estrategicamente inscritas, gerando uma sequência de argumentações que explicitavam as fragilidades e inconsistências do EIA/RIMA, questionavam o processo de licenciamento do empreendimento e se posicionavam radicalmente contra a construção da UHE S. Jerônimo.

Somada a essas manifestações tiveram destaque as declarações de algumas lideranças indígenas da região que evidenciaram a profunda ausência de informações sobre os impactos sociais, culturais e econômicos a serem gerados pela UHE S. Jerônimo e os significativos conflitos instaurados nas comunidades indígenas em decorrência do processo de consulta realizado. Ao final da Audiência Pública podia-se perceber as fragilidades nos argumentos técnicos apresentados pela Mesa Coordenadora e pelos representantes da COPEL acerca dos questionamentos levantados em torno do EIA/RIMA, tornando evidente a surpresa dos dirigentes e técnicos do nível de organização dos participantes.

No dia 31 de maio de 2001, a equipe técnica do IBAMA encaminhou à COPEL solicitação de complementação de informações a partir dos pontos levantados pela Audiência Pública, no mesmo período em que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Leilão n. 002/2001, concede à COPEL a Outorga de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de aproveitamento hidrelétrico, para implantação da UHE S. Jerônimo.

O quarto e último momento desse processo refere-se à disseminação simbólica e acadêmica da mobilização realizada. Esse momento pode ser caracterizado pelo período de março a agosto de 2001, tendo como culmi-

nância a realização da 16ª Romaria da Terra do Paraná, nos municípios de S. Jerônimo da Serra e Jataizinho, e tendo a CPT Paraná um papel protagonista e catalizador fundamental nesse momento.

Logo após a realização da Audiência Pública, foi organizada a *Benção das Águas do Tibagi* pela equipe de Londrina da CPT Paraná, sendo esta uma ação simbólica ocorrida no dia 14 de março de 2001, associada ao Dia Internacional da Água, comemorado no mês de março. Essa benção foi realizada na ponte do rio Tibagi, no trecho que divide os municípios de Ibiporá e Jataizinho, reunindo um significativo número de pessoas que chamavam a atenção contra a construção da UHE S. Jerônimo.

A benção realizada dava início a uma série de reuniões promovidas pela CPT Paraná para organização da 16ª Romaria da Terra do Paraná, que assumiu como tema *Terra livre, água corrente, trazem vida pra gente!* Todo o foco dos debates em torno da UHE S. Jerônimo passou a ser canalizado para a organização da Romaria, agregando parte dos participantes da Comissão dos Ameaçados, principalmente os que estavam mais vinculados às questões pastorais. Apesar de a CPT Paraná realizar cinco reuniões no período de março a julho de 2001 para organizar a Romaria da Terra, somente no dia 06 de julho do referido ano que a Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi voltou a se reunir, participando apenas os membros que já estavam envolvidos na CPT Paraná e na APEART. Constata-se, nesse momento, a ausência e o afastamento dos demais participantes de outras organizações e movimentos sociais, principalmente dos pesquisadores até então envolvidos nessa temática, para com a organização da Romaria.

Considerando que o processo de licenciamento da UHE S. Jerônimo ainda se encontrava em curso, foi discutida nessa reunião da Comissão dos Ameaçados a necessidade de amadurecer os debates em torno de novas alternativas energéticas para além da construção de hidrelétricas de médio e grande porte, sendo esta a principal matriz de produção de energia no Brasil. Foi deliberada a organização de um Seminário sobre matriz energética a ser realizado na UEL na semana que antecederia a 16ª Romaria da Terra do Paraná, possibilitando o aprofundamento teórico e político sobre essa temática e sua disseminação na região. Deliberado ainda a proposta de organizar ação popular a partir da coleta de assinaturas durante a Romaria.

O Seminário Estadual *Matriz Energética e Privatização da Água* foi realizado nas dependências da UEL nos dias 14 e 15 de agosto de 2001, tendo na primeira atividade o debate acerca da matriz energética no Brasil

e na segunda, um panorama acerca dos movimentos sociais dos atingidos por barragens no país. As discussões em torno da matriz energética no Brasil contaram com a participação do Prof. Dr. José Walter Bautista Vidal, engenheiro e físico especialista em alternativas energéticas no país, que possibilitou o aprofundamento teórico acerca das possibilidades de outras formas de produção de energia principalmente a partir da biomassa. O debate acerca dos movimentos sociais dos atingidos por barragens foi realizado com a participação de lideranças do MAB e da CRABI, relatando os desafios em torno dos impactos produzidos pelas UHEs no Brasil. Pode-se constatar que o Seminário propiciou maior fundamentação acadêmica aos debates já conduzidos pela CPT Paraná e pela Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, dando visibilidade pela imprensa local, principalmente com a presença do Prof. Bautista Vidal nesse processo, sendo ele renomado pesquisador e criador do Proálcool no Brasil.

Pode-se identificar que a culminância desse processo de mobilização ocorreu com a realização da 16ª Romaria da Terra do Paraná, no dia 19 de agosto de 2001. Essa Romaria contou com a participação de cerca de 30 mil pessoas vindas de todas as regiões do Paraná, concentradas no período da manhã na sede do município de S. Jerônimo da Serra e deslocadas no período da tarde para a beira do rio Tibagi, num terreno próximo da ponte no trecho que divide os municípios de Ibiporã e Jataizinho. Destaca-se o significativo impacto provocado pela chegada de milhares de romeiros na cidade de S. Jerônimo da Serra desde a madrugada no dia 19 de agosto, vindos por meio de cerca de 200 ônibus fretados por eles para essa celebração. Todos os romeiros foram recebidos com café, leite e pães preparados pela equipe da CPT Paraná e pela equipe local da Romaria, sendo todos esses alimentos doados pelas paróquias católicas locais e da região.

A romaria foi marcada pelo simbolismo em toda a sua linguagem celebrativa, fazendo referencia à defesa dos rios do Paraná, às históricas e negativas experiências de impactos vividos pelas populações afetadas pelas barragens nos rios paranaenses e brasileiros, ao processo de mobilização e contestação à construção das UHEs no rio Tibagi, e às alternativas energéticas no Brasil. Após o deslocamento dos romeiros por cerca de 50 km do município de S. Jerônimo da Serra ao município de Jataizinho, num comboio envolvendo cerca de 200 ônibus e dezenas de automóveis, a Romaria da Terra foi encerrada com a benção do rio Tibagi, na beira desse rio, com a partilha de pães e peixes para todos os participantes. Destaca-se que a 16ª

Romaria da Terra do Paraná conseguiu pautar e disseminar os debates em torno dos impactos da construção de hidrelétricas no país e, principalmente no Paraná, com foco na defesa do rio Tibagi.

Ao identificar o processo de mobilização realizada contra a UHE S. Jerônimo, Brannstrom (2002, p. 7) constata a importância da Romaria da Terra ao afirmar que:

Foi difícil, durante a pesquisa, identificar os movimentos sociais mais fortes na região. Atualmente a articulação política contra a UH São Jerônimo da Serra está sendo feita pela Comissão Pastoral da Terra e uma ONG regional (seção F), culminando na realização da Romaria das Terras e das Águas em São Jerônimo em agosto de 2001.

O processo de mobilização compreendido nesse texto pelos momentos identificados, contribuiu decisivamente no arquivamento do projeto de construção da UHE São Jerônimo (DUARTE, 2004). Essa experiência colocou em evidência e denunciou as fragilidades dos estudos de impacto elaborados pelas agências responsáveis por esse empreendimento, assim como visibilizou a capacidade de organização e de resistência dos movimentos sociais associados à articulação dos pesquisadores das universidades públicas.

Consonante a esse processo de mobilização, pode-se observar um *congelamento* dos procedimentos técnicos a serem viabilizados pela COPEL para responder às fragilidades e insuficiências do EIA/RIMA indicados pela Audiência Pública, a partir de solicitação formal de complementação das informações encaminhadas pelo IBAMA no final do mês de maio de 2001. Cabe ressaltar que a COPEL respondeu oficialmente ao IBAMA somente em 12 de junho de 2002, ou seja, após decorridos mais de 12 meses da solicitação feita por esse Instituto Ambiental, pedindo agendamento de reunião e prorrogação dos prazos relativos à apresentação de estudos complementares (previsto para quatro meses), sem sequer apresentar justificativas pela demora para cumprimento das complementações solicitadas.

Considerando o descaso da COPEL pelo referido descumprimento, no dia 01 de julho de 2002, a então Advogada da Procuradoria do IBAMA Sra. Débora Cristina Muller emite parecer sugerindo o arquivamento dos procedimentos para licenciamento da UHE S. Jerônimo, fundamentada pelo descumprimento do disposto no artigo 15 da Resolução do CONAMA n. 237/97. Para tal, no seu parecer, a Procuradora afirma que:

Constata-se a falta de zelo por parte da interessada, uma vez que, em momento algum se dignou a justificar o descumprimento do prazo para complementar os estudos por ele apresentados, que fri-se-se encontram-se incompletos, pois até a presente data não foram apresentados. O que é de se admirar, pois conforme argumenta a empreendedora, o desenvolvimento da atividade pretendida seria imprescindível para o futuro abastecimento de energia elétrica não apenas do Estado do Paraná mas também para outros Estados da Federação. Diante disso, pergunta-se, qual a importância da implantação da UHE de São Jerônimo, se a interessada, COPEL, descumpre as exigências do órgão ambiental licenciador e sequer os prazos estabelecidos nas normas ambientais? (IBAMA, 2002, p. 2)

Ressalta-se que o arquivamento desse processo foi publicizado durante a realização da 17ª Romaria da Terra do Paraná, realizada em agosto de 2002, no município de Palmeira-PR, ao informar que “representa uma vitória das famílias impactadas e das entidades que denunciaram as irregularidades que envolvem o processo de construção da Hidrelétrica”. Segundo nota de divulgação publicada pelo Boletim Adital (2002, p. 1) no período:

A Comissão Pastoral da Terra recebeu com euforia a notícia e reitera seu compromisso com a luta contra a construção das hidrelétricas, questionando o modelo energético brasileiro e insistindo nas alternativas, ao tempo em que reafirma sua luta a favor dos direitos dos povos atingidos por barragens, em defesa da água como um bem público, dom de Deus e patrimônio da humanidade.

Cabe ressaltar, contudo, que, após a realização dessa experiência mobilizadora culminada com o arquivamento do projeto da construção da UHE S. Jerônimo, a Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi não voltou a se reunir, indicando uma dinâmica de conclusão desse processo de mobilização iniciado no ano de 1999. É possível que o reconhecimento pelo alcance de sua principal reivindicação tenha contribuído para exaurir esse processo de mobilização, que pode ressurgir novamente a partir de outras bases políticas e com novos sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de mobilização narrada com ineditismo nesse trabalho, situa-se no contexto internacional de avanço e aprofundamento do modo de produção capitalista, exigindo este, para a sua reprodução e funcionamento, a significativa capacidade de produção energética, por meio da combinação de várias matrizes de energia nos diferentes países. No Brasil, constata-se a consolidação da centralidade hidrelétrica enquanto matriz energética fundamental, ainda que se observe o significativo avanço da produção de combustível etanol no país.

Relatada a partir da conexão entre a experiência militante e o olhar pesquisador, a narrativa ora apresentada busca revelar as particularidades de um processo mobilizador vivenciado por diferentes atores institucionais e sujeitos que passam a se encontrar, se reconhecer e se articular a partir de uma pauta política que também torna-se objeto de estudo e de aprofundamento por eles próprios.

Nesse processo, a luta contra a construção da UHE São Jerônimo passa a se conectar com a gênese e a história das demais experiências de resistência travadas historicamente pelos diferentes movimentos sociais no país e que lutam pela conquista e permanência na terra, pelo respeito e preservação do ambiente, assim como, pela afirmação da presença de povos e comunidades que habitam territórios tradicionais, muitos deles banhados pelos rios ameaçados pelas barragens.

Encharcada pelas águas do rio Tibagi, a experiência vivenciada pela Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi e objeto dessa análise possa somar-se e tornar-se referência junto a outras iniciativas de resistência contra barragens no Brasil e em outras partes do planeta.

REFERÊNCIAS

ADITAL. **IBAMA arquiva processo de construção de Usina Hidrelétrica no Paraná.** Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=3534>. Acesso em: 10 junho de 2015.

AMARAL. Wagner R.. **A Política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná:** recontando sua história e seus princípios, seus passos e (des)compassos. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília. 2003.

AYALA, Patryck de Araújo; LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Editora RT, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRANNSTROM, Christian. **Relatório do Projeto Marca D'Água**. Relatórios preliminares 2001. A Bacia do Rio Tibagi, Paraná - 2001. Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da UnB sobre a Bacia do Rio Tibagi. Brasília, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001/1986**. Diário Oficial da União. DOU, de 17/02/1986, págs. 2.548-2.549.

_____. **Resolução nº 237/1997**. Diário Oficial da União - DOU nº 247, de 22/12/1997, págs. 30.841-30.843.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CPT. **O nascimento da CPT**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em 19 Maio 2015.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo. Editora Saraiva. 2008.

DUARTE. Amauri. **Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo: conflitos e contrastes**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

FREITAS, Juez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. Fórum: Belo Horizonte, 2011.

IBAMA. **Parecer n. 2150/2002/SUBP/IBAMA/PR**. Processo n. 02017.001178/98-10, Licenciamento Ambiental – UHE São Jerônimo. Curitiba, 2002.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira *et alii*. **Direito ambiental**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em toco. Doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S.; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Uri e wáxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2000.

ONU. **Declaração do Rio**. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

RAMOS, Luciana. **Nota Técnica n. 03**. Parecer/2005. Ministério Público Federal, Londrina, 2005.

RAMPAZO, Adriana V. O simbolismo das identidades naufragadas no Território Cantuquiriguaçu. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do Concreto**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora SENAC, 2010.